



HERDEIROS DO PORVIR

Ano XIX – Nº 35
Outubro / Nov. / Dez. 2013
Distribuição gratuita

Entrevista com o Príncipe D. Antônio de Orleans e Bragança

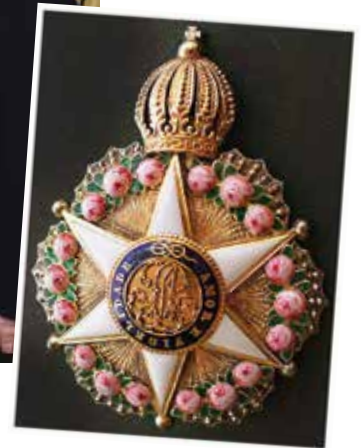
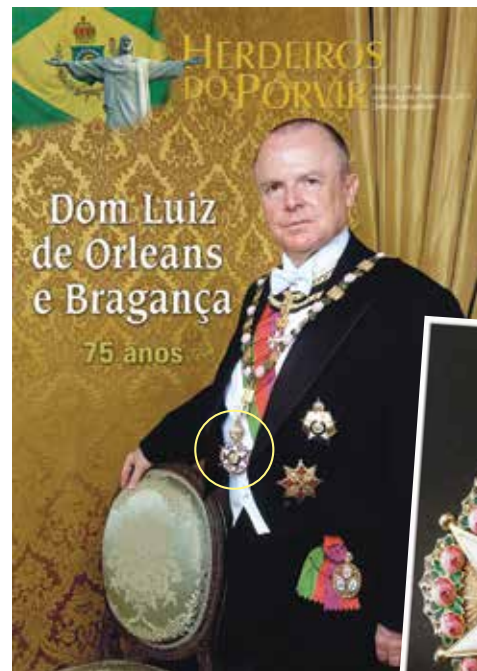


Mensagem de Natal

Na festa do Santo Natal há várias noções que por assim dizer se superpõem. Antes de tudo, o nascimento do Menino Deus torna patente a nossos olhos o fato da Encarnação. É a segunda Pessoa da Santíssima Trindade que assume natureza humana e se faz carne por amor de nós. Ademais, é o início da existência terrena do Senhor. Um início refulgente de claridades, que contém em si um antegosto de todos os episódios admiráveis de Sua vida pública e privada. No alto desta perspectiva está sem dúvida a Cruz. Mas, nas alegrias do Natal mal divisamos o que ela tem de sofrimento. Vemos apenas jorrar do alto dela, sobre nós, a Redenção. O Natal é assim o prenúncio da libertação, o sinal de que as portas do Céu vão ser reabertas, a graça de Deus vai novamente difundir-se sobre os homens, e a terra e o Céu constituirão outra vez uma só sociedade sob o cetro de um Deus Pai, e não mais apenas Juiz. Se analisarmos detidamente cada uma destas razões de alegria, compreenderemos o que é o júbilo do Natal, este gáudio cristão ungido de paz e de caridade que faz com que durante alguns dias todos os homens experimentem um sentimento bem raro nestes tristes dias atuais: a alegria da virtude. A equipe do “Herdeiros do Porvir” deseja a todos um feliz e abençoado Natal!



Ordem da Rosa



Tendo em vista o interesse dos leitores pelas Ordens portadas por D. Luiz na foto de capa do último “Herdeiros do Porvir”, faremos em cada edição breve relato de cada uma, começando pela Imperial Ordem da Rosa, resumida do livro “Ordens Honoríficas do Brasil”, de Luiz Marques Poliano:

Para perpetuar a memória do feliz enlace com D. Amélia de Leuchtenberg e Eischstaedt, D. Pedro I instituiu, por decreto de 17 de outubro de 1829, essa Ordem brasileira, militar e civil. Destacase por comportar grande número de classes: 16 Grão-cruzes (8 efetivos e 8 honorários); 16 Grandes dignitários; 32 Dignitários; Comendadores, oficiais e cavaleiros em número ilimitado.

Acredita-se que as venerated dessa belíssima Ordem tenham sido inspiradas, segundo Pedro Calmon, “nas miúdas rosas que ornavam, com uma chuva de pétalas, o vestido que D. Amélia vestia ao desembarcar no Rio de Janeiro”.

A Ordem é composta por uma estrela de seis pontas, esmaltadas de branco e maçanetadas de ouro, assente sobre uma grinalda de rosas folhadas e em sua cor. No disco central do anverso, em ouro cinzelado, o monograma “AP” (Amélia e Pedro), circundado pela legenda “Amor e Fidelidade”. No reverso, a data “2-8-1828” (dia do casamento em Munich), circundada pela legenda “Pedro e Amélia” nos mesmos esmaltes.

A coroa imperial decora a insígnia dos Cavaleiros, Comendadores, Grandes Dignitários e Grão-cruzes, honorários e efetivos. Distingue-se dos outros o Grão-cruz efetivo por pender de um colar de rosas folhadas em sua cor, intercaladas de escudos de ouro com as iniciais do Imperador e sua consorte.

D. Pedro I concedeu cerca de 189 graus da Ordem da Rosa. Já D. Pedro II usou a condecoração como moeda de honra. Fez grande distribuição durante a guerra do Paraguai e nos últimos tempos do seu reinado, dando um total geral de 15.146 graus da Ordem da Rosa. A maioria dos decretos de concessão foram em favor de professores, de homens de iniciativa na indústria e na lavoura e de senhores que libertavam seus escravos. Neste último caso, “pelo relevante serviço que prestou ao Estado e à humanidade”.

HERDEIROS DO PORVIR

Publicação da Pró-Monarquia,
entidade civil sem fins lucrativos.

Rua Itápolis, 873 – CEP 01245-000 – São Paulo – SP
Tel./Fax: (11) 3822-4764

www.monarquia.org.br – e-mail: herdeirosdoporvir@monarquia.org.br

Diretor Responsável: Osvaldo Rocco

Jornalista Responsável: Yone P. Caldeira (MTB 17354)

Redator Chefe: Geraldo Hélon Winter

Diagramação: Luis Guillermo Arroyave

Impressão: Grafilar – Gráfica e Editora do Lar Anália Franco

D. Luiz concede entrevista à “Gazeta do Povo”

O Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança foi entrevistado em 7 de setembro último, aniversário da Proclamação da Independência, pelo importante jornal curitibano “Gazeta do Povo”. A íntegra da entrevista pode ser encontrada no site *monarquia.org.br*. A seguir, alguns destaques:

Por que a monarquia seria o melhor regime para o Brasil?

A monarquia é o regime que melhor corresponde à boa ordem colocada por Deus na Criação, garantindo as três condições básicas para a existência e desenvolvimento de uma Nação: unidade, estabilidade e continuidade. Prevaleceu largamente ao longo da história dos povos civilizados. Ano após ano os primeiros lugares nos índices de renda per capita e do IDH são ocupados por monarquias. Durante o 2º Reinado, o Brasil foi um dos países mais respeitados do mundo, com instituições sólidas, moeda estável, crescimento acelerado e grande prestígio do Imperador D. Pedro II, que chegou a ser árbitro de litígios entre potências europeias.

Qual o papel do senhor hoje enquanto chefe da Casa Imperial e herdeiro do trono?

Meu papel — como o de todo Chefe de Casa não reinante — é



o de preservar o rico legado de nosso passado imperial, fazendo-o transitar de geração em geração para que se mantenha vivo e conhecido entre os brasileiros, alimentando, ademais, a apetência para o retorno da monarquia entre nós. A formação da nova geração de príncipes brasileiros, meus sobrinhos, é assim um cuidado constante.

Por quais meios a monarquia poderia ser implantada no Brasil? O senhor acha que este processo pode acontecer em breve?

Uma verdadeira monarquia não pode ser implantada pelo golpe de força de um grupo, mas deve vir organicamente da aspiração de conjunto da Nação. Aspirações dessas ocorrem na vida dos povos em diferentes circunstâncias, o mais das vezes pela irremediável falência de uma situação anterior. No Brasil de hoje há um profundo descontentamento,

patenteado aqui nas recentes e surpreendentes manifestações de rua, um grande anseio por algo diferente, algo melhor, algo que já existiu e que perdemos... Quando esse anseio se tornar majoritário, a monarquia — acabada expressão política da civilização cristã — poderá ser restabelecida no Brasil de modo estável e benfazejo. Quando isso se dará, só Deus Nosso Senhor o sabe, mas, creio, bem antes do que poderia parecer à primeira vista.



D. Bertrand lança “Psicose Ambientalista” em Porto Alegre

D. Bertrand cumpre extensa agenda

O Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança viajou por todo o Brasil nos últimos meses, cumprindo larga agenda de compromissos, entre os quais o lançamento do livro de sua autoria “Psicose ambientalista” nas cidades de Brasília, Campo Grande, Goiânia, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, São Luís, Paracatu (MG), Pelotas (RS) e Unai (MG). Nesses lugares, visitou Prefeituras, Câmaras Municipais, Universidades, Escolas, Institutos Históricos e Geográficos, Associações Rurais, Exposições Agropecuárias; participou de conferências promovidas por lideranças do agromercado, da indústria e de mulheres empresárias; manteve contato com inúmeros monarquistas e membros de associações pela livre iniciativa; concedeu entrevistas para a Imprensa, TVs e rádios.



Na Assembléia Legislativa de São Paulo

Em São Paulo, participou das cerimônias do Dia do Soldado no Comando Militar do Sudeste, fez conferência para os alunos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), discursou na Assembléia Legislativa do Estado em evento comemorativo do Dia da Comunidade Alemã, e teve um almoço com o Cônsul-Geral de Portugal. Em Avaré (SP) participou da reintronização da imagem de Nossa Senhora da Boa Morte, doada pela



Reintronizando a imagem de N. Sra. da Boa Morte, em Avaré

Imperatriz D. Teresa Cristina à cidade e restaurada por iniciativa de monarquistas locais, em capela de mesma invocação. Em Curitiba discursou na Assembleia Legislativa, comemorando os 160 anos da Polícia Civil do Paraná, e almoçou com delegados e membros da cúpula da Polícia. Em Orleans (SC) participou das comemorações do centenário da cidade, que se situa em terreno doado pela Princesa Isabel.



Conferência em comemoração ao centenário de Orleans, SC



Na Assembléia Legislativa do Paraná



Entrevistado por TV do Rio Grande do Sul



Com monarquistas gaúchos



Entrevista com o Príncipe D. Antônio de Orleans e Bragança

Como de costume, todo final de ano entrevistamos um membro da Família Imperial brasileira. Desta vez o escolhido foi D. Antônio de Orleans e Bragança, terceiro na linha de sucessão ao trono. Nascido no Rio de Janeiro em 24 de junho de 1950, engenheiro, casou-se em 1981 com a princesa belga D. Christine Marie Elizabeth de Ligne, e teve quatro filhos. Artista nato, especializou-se em pintar aquarelas, retratando sobretudo o colonial brasileiro. Recebeu-nos gentilmente para a entrevista:

Quais as atividades que V. Alteza exerce na vida profissional, socialmente e em família?

No momento, na vida profissional, trabalho mais com pintura em aquarela; não mais estou atuando como engenheiro. Algumas vezes faço palestras, especialmente abordando questões monárquicas ou históricas. Com relação à família, conversamos, falamos sobre a formação católica e educação que devemos dar aos filhos, uma educação também voltada ao país. Ou seja, amor a Deus, ao próximo e ao país. Devemos estar sempre prontos para o serviço à Pátria.

Seus irmãos D. Luiz e D. Bertrand, a partir de São Paulo, e V. Alteza, no Rio de Janeiro, como têm trabalhado na divulgação dos ideais monarquistas? Que expectativas tem a Família Imperial quanto à possibilidade de uma restauração monárquica?

Tenho trabalhado, como D. Luiz e D. Bertrand, fazendo palestras e divulgando os ideais monarquistas em escolas, universidades, encontros monárquicos, exposições de minhas aquarelas, visitas a cidades, sempre em consonância com o Chefe da Casa Imperial. Com relação à expectativa de uma restauração, só Deus sabe quando ela se fará. Tenho muita fé em Deus e em Nossa Senhora que seja para breve. Sei que estamos chegando ao fundo do poço. A república está em seus últimos dias, levada pela própria degradação que trouxe ao país. Vejo nestas recentes manifestações anarquistas uma forte tendência à radicalização da esquerda, o que muito me preocupa. Tenho a certeza de que, para voltarmos à harmonia, a única saída seria o retorno à monarquia cristã e católica.

Gostaríamos de pedir que nos falasse sobre sua formação familiar. Como era, por exemplo, a vida da Família Imperial na fazenda de Jacarezinho? Que recordações mais o marcaram, dessa época, e que efeito tiveram na sua formação?

Foi uma formação maravilhosa, apesar de toda dificuldade. Não tínhamos eletricidade em nossa fazenda de Jundiá do Sul e o médico ficava a duas horas, e isso quando não chovia... Uma vida com a educação acima descrita, mas com total liberdade. Saíamos o

tempo todo a cavalo e apenas tínhamos os deveres da escola a cumprir. Os horários eram rígidos: café da manhã, almoço e jantar. Se chegasse atrasado, não almoçava. Dormíamos com os passarinhos e acordávamos com os passarinhos. A única escola em Cinzas era um grupo escolar. Os quatro primeiros anos do curso primário estudei em Cinzas e ia a cavalo. Para nós foi um aprendizado formidável. Aprendemos com nosso pai o que era certo ou errado. A principal linha de meus pais era a formação católica, espinha dorsal de tudo

que fazíamos. Tínhamos a liberdade de sair a cavalo, mas sempre dizíamos para onde: “Vou para a fazenda, para a administração, para a cidade”. O bom desse quase isolamento na fazenda foi que a família ficou muito unida, num convívio muito intenso entre nossos pais e nós. Lembro-me de que muitas vezes saía com meu pai para ver o gado, as plantações, todo o desenvolvimento da fazenda, tanto eu quanto meus irmãos, algumas vezes a cavalo, outras no carro de meu pai, uma Rural Willys. Sinto pena de meus filhos porque não tiveram como eu a oportunidade dessa vida de fazenda. Outra coisa que aprendemos foi o respeito aos empregados, ao mesmo tempo que éramos respeitados por eles. Na época não havia rivalidade entre patrão e empregado. Os colonos eram considerados como que membros da família. Existia entre todos grande harmonia. Quando chovia, o carro atolava e chamávamos o trator para nos socorrer. Temos foto da Primeira Comunhão de D. Francisco: voltando para casa, o carro atolou e a roupa branca dele ficou toda suja de lama... Pescava com meus irmãos e colonos nos momentos de folga. Sempre tivemos

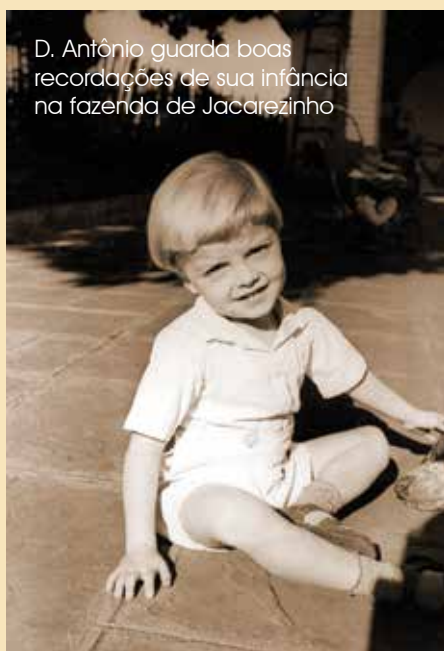
o exemplo de nossos pais nas dificuldades econômicas, mas sempre com esperança e fé na Providência Divina. Era admirável a fé de minha mãe, que sempre dizia: “Deus ajuda as famílias numerosas.

Apesar das dificuldades, Deus está junto e ajuda”. Meus cinco irmãos mais novos nasceram na fazenda e não em Casa de Saúde, graças à fé de meus pais. D. Luiz estudava nessa época na Alemanha, e quando vinha para a fazenda era uma grande festa. Tinha uma alegria contagiante e trazia presentes para todos, com aquela bondade que lhe é peculiar. Não foi muito correto de minha parte, mas quando eu estudava num colégio interno de Jacarezinho, simulei uma gripe para que papai me levasse para casa, pois estava louco para ver D. Luiz... Infelizmente logo tive que voltar ao colégio, mas só a felicidade de vê-lo por instantes valia a pena. Ele vinha uma vez por ano e para nós era verdadeiro júbilo.

Dos ensinamentos que recebeu de D. Pedro Henrique e da Princesa D. Maria, o que de mais importante procura transmitir para seus filhos?

A fé católica e o amor ao Brasil.

Também gostaríamos que nos falasse de D. Antônio como artista. Com que idade percebeu que tinha vocação



D. Antônio guarda boas recordações de sua infância na fazenda de Jacarezinho



para a pintura? Como é que desenvolveu suas aptidões nesse campo? Como adquiriu conhecimentos técnicos?

A vocação vem por si mesma. No meu caso, veio também pelo exemplo de meus pais. D. Pedro Henrique era um grande aquarelista e minha mãe fazia pinturas muito bonitas em porcelana. Meu dom veio naturalmente, não posso precisar a idade, mas se manifestou quando era bem pequeno e mais efetivamente a partir dos 14 ou 15 anos. Aprendi a técnica da perspectiva (tudo converge para o horizonte) com minha mãe. Depois fui desenvolvendo, aprimorando.

Qual o tema do primeiro quadro? Teve alguma hesitação, quanto ao tema e ao estilo a adotar?

Não me lembro do primeiro quadro, mas com certeza foi uma paisagem. Já em Vassouras (RJ) pintei mais fazendas, observando meu pai que tirava fotos e pintava a partir delas. Incentivado pelos meus pais, minha primeira exposição foi em Vassouras, nos anos 1970.

Como conseguiu desenvolver seu estilo pessoal de pintar?

Primeiro foi aprendendo com meu pai, meu grande professor, vendo a técnica dele. Depois com a crítica, no bom sentido, de minha mãe: “Isso não está bom, aquilo sim” etc.

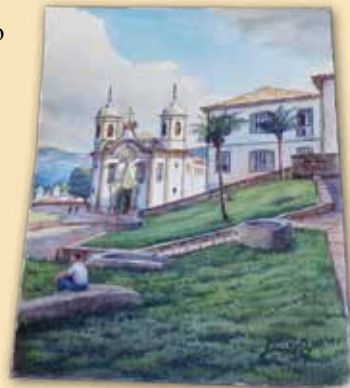
D. Antônio é engenheiro, por formação universitária e profissional, e é artista, por vocação e gosto. Gostaríamos de saber como é que se complementam harmonicamente, no seu espírito, uma Arte e uma Ciência Exata?

Muita gente me pergunta como um engenheiro pode pintar, porque normalmente deveria ser um arquiteto... Mas não se excluem, pois pode haver grandes artistas médicos, advogados etc. Uma coisa independe da outra. Em outras palavras, dá para conciliar ambas as coisas. Mesmo trabalhando oito anos como engenheiro no programa nuclear brasileiro, nas folgas, à noite, na volta do trabalho ou nos finais de semana fazia meus quadros. Promovi várias exposições nessa época, conciliando trabalho e pintura. Uma coisa não interfere na outra. Hoje me dedico exclusivamente à aquarela. Até pouco tempo atrás trabalhava e pintava. Durante os 22 anos em que morei em Petrópolis e trabalhei no Rio, sempre arrumei tempo para a pintura. Viajei à Europa quando criança e, adulto, a primeira vez foi graças aos quadros. Trabalhei num projeto industrial pela Construtora Adolpho Lindenberg, no Rio de Janeiro, como estagiário e depois como engenheiro. Após algum tempo pedi, agradecido, desligamento e passei algum tempo na Europa com o resultado de minhas exposições, até que meu dinheiro acabasse. Quando acabou, voltei. O interessante foi que, antes de partir, representei meu pai, “que estava doente”, acompanhando minha mãe na reinauguração do órgão doado por D. Maria I à Igreja de Santo Antonio, em São José Del Rei (Tiradentes), restaurado sob o patrocínio da KWU (alemã) e aí encontrei uma equipe de engenheiros desta firma. Conversei com o diretor, que perguntou se me interessaria trabalhar no projeto nuclear. Respondi que sim, mas antes queria ir à Europa. Então ele disse: “Vá, e vamos lhe pagar um curso de alemão intensivo, porque será necessário quando voltar”. Conclusão: viajei, fiz o curso, passei, conheci membros de minha família, tudo graças às minhas aquarelas, e na volta assinei o contrato de trabalho com a KWU.

Quando um artista é, também, príncipe, o fato de ser príncipe lhe acarreta um ônus, uma obrigação, um dever a ser cumprido em relação ao povo a que pertence? Como D. Antônio vê essa questão?

O príncipe não pode se aventurar a fazer na

pintura, na música etc. algo que não seja bem feito. Se eu achasse que meus quadros não fossem bons, não os exporia. De nenhuma maneira um príncipe deve usar com ambição seu nome em proveito próprio, ou se aproveitar do nome para realizar algo que não seja de boa qualidade. Então, me acho na obrigação de, se achar que o quadro não é bom, não o expor. Isso para mim é primordial. Não posso pintar uma obra de qualquer jeito, só porque foi D. Antônio quem fez. Não posso usar meu nome para vender uma coisa que não condiz com o que acho bom. Pelo valor artístico, não sou eu que vou julgar meus quadros. Mas considero-os bons, e para mim dá muito prazer mostrar como o Brasil é bonito. Procuo retratar não só as belezas harmônicas das obras de Deus na natureza, mas também os casarões coloniais, as igrejas, os monumentos e o barroco brasileiro, ou o gótico e o românico europeu. São obras que o homem fez, pela graça de Deus. Não é para me vangloriar, mas me orgulhei da exposição que fiz em 1999 – já estavam começando as comemorações dos 500 anos do Brasil – quando fiz duas exposições em Portugal (Lisboa e Porto). Na de Lisboa o motivo era “A herança portuguesa no colonial brasileiro”. Visitou o evento uma senhora brasileira, hospedada no mesmo hotel da exposição, e me agradeceu porque em lugar nenhum via coisas bonitas do Brasil, mas só pobreza, favela, futebol e carnaval. Enfim, pude fazer uma exposição que mostrava o Brasil bonito.



Como é o modo de criação artística de D. Antônio? Como lhe vêm as ideias para pintar? Como escolhe os ângulos? Como faz para destacar os elementos da cena que, na sua concepção de artista, devem ser valorizados e receber especial enfoque?

Normalmente fotografo, depois faço a pintura em casa, mas estive no local para sentir a luminosidade e as cores. Muitas vezes viajando, passeando, se vejo um recanto bonito ou se existe uma fazenda no local, vou visitá-la para fotografar e reproduzi-la em minha próxima obra. Cidades como Ouro Preto, Tiradentes, Mariana, São João Del Rei, Sabará e várias outras ensinam belas pinturas. Mas não só aqui: acabei de voltar da Europa, onde estive para o noivado de minha filha. Em passeio pelo Vale do Loire, fiz alguns quadros. A gente sente a história da Europa cristã e católica nesses belíssimos lugares. Voltando ao Brasil, o Rio de Janeiro tem muitos lugares bonitos, como o Jardim Botânico, que retratei em vários quadros, assim como o Paço Imperial, a Igreja da Glória, o Pão de Açúcar, o Corcovado etc.

>>>



D. Antônio e família em meados dos anos 90

(continuação da entrevista)

Quando D. Antônio termina de pintar um quadro, considera esgotado o assunto e logo parte para outra criação, sobre um novo tema? Ou, pelo contrário, mesmo depois de pintado um quadro, o intelecto de D. Antônio ainda fica trabalhando, à procura de variações, de eventuais aprimoramentos, de busca de novos ângulos daquilo mesmo que pintou?

Aquilo que pintei, encerrou! Alguns quadros, eu os considero bons e fico contente por tê-los pintado. Outros são especiais e passam quase a ser de estimação. Agora, refazer ou aperfeiçoar um quadro, não. Tento aperfeiçoar a técnica em outras obras, mas não as repito. Às vezes introduzo personagens, mas normalmente não retrato pessoas. Entretanto pintei D. Maria Gabriela, minha filha, quando pequena. Foi uma inspiração de momento, e considero que ficou bom. Por outro lado, já tive desafios, como o de um amigo que se casou em uma igreja colonial de Vitória, hoje totalmente cercada de prédios. Pediu-me que fizesse uma aquarela da igreja sem os prédios, como era antigamente, e uma procissão vindo para ela. Aceitei o desafio e acho que ficou bom. “Implodi” todos os prédios modernos e só deixei a igreja...

Como D. Antônio tem o hábito de considerar cada quadro que está pintando? Costuma ver cada quadro como um universo fechado, procurando atingir nele a perfeição e abstraindo de tudo o mais? Ou é mais inclinado a ver aquele quadro como uma produção a mais, a ser inserida numa obra de conjunto de tudo o que já pintou e tudo o que ainda pintará na vida?

Não faço dois ou três quadros de uma vez, mas apenas um, e fico totalmente focado nele. Entro dentro da paisagem e vou aperfeiçoando até terminar. Quando faço outro, a mesma coisa: mergulho nele. Meus quadros são reais. São localidades onde estive. Transmito o que vi, o que senti e o que admirei naquele lugar. Não faço produção em série.

Todo verdadeiro artista é, sempre, insatisfeito com o que produz, porque sempre busca superar-se, produzindo cada vez mais e melhor. No caso de D. Antônio, essa superação se dá espontaneamente, a cada passo, ou D. Antônio já tem claro, no seu espírito, a ideia do que será a Arte ideal, com a perfeição máxima que espera atingir no futuro?

Gostaria de me aperfeiçoar cada vez mais. Nunca considero meu quadro final, o melhor que já fiz. Pelo que dizem, é de boa qualidade, mas tento melhorar. Nunca fico totalmente satisfeito. Jamais vou atingir a perfeição. Perfeição só Deus. Noto em minhas exposições que os quadros de que mais gosto nem sempre são os que mais agradam ao público. Obviamente gosto de todos, mas alguns um pouco menos, e são estes às vezes os mais disputados por três ou quatro pessoas. Mas outras vezes ocorre o inverso: o de minha preferência faz mais sucesso.

Como V. A. imagina que poderia ser o quadro ideal, aquele que desejaria pintar quando tiver atingido o máximo de sua experiência e talento, como artista?

Não sei. Considero que o quadro ideal não existe, porque sempre se tem algo a melhorar. Temos também um limite. Agradeço a Deus o dom que me deu, e me esforço ao máximo para fazer bem feito. Coisas feias não sei fazer.

Quantas aquarelas, aproximadamente, pintou até o momento? Conserva fotografias, do que pintou, com vistas a mais tarde poder organizar uma seleção e editar em álbum?

Pintei entre 400 e 500 aquarelas. Não fotografá-las foi um grande erro meu. Tenho poucas retratadas. Pretendo futuramente fazer um álbum ou um livro com 100 quadros que estou pintando – já cheguei a 80 – para uma exposição em Belo Horizonte, numa galeria de arte de um *marchand* que faz leilões.



D. Luiz alerta sobre o perigo da “importação” de médicos cubanos

O Serviço de Imprensa da *Pró Monarquia* divulgou o seguinte comunicado, do Príncipe D. Luiz de Orleans e Bragança, Chefe da Casa Imperial do Brasil:

É com o espírito carregado de graves apreensões que venho considerando os mais recentes acontecimentos de nossa vida pública. As instituições são desrespeitadas, a insegurança jurídica aumenta, a faculdade de opinar vai sendo ameaçada, insuflam-se conflitos entre brasileiros, sobre as forças dinâmicas da Nação se abatem legislações cada vez mais sufocantes e até nossa diplomacia – outrora reconhecida por seu equilíbrio e sutileza – é vilipendiada.

Aumenta, dia a dia, em considerável parte de nossa população – afável, ordeira e laboriosa – o sentimento de inconformidade e rejeição ante os crescentes desmandos de algumas de nossas mais altas autoridades, obstinadamente comprometidas com metas ideológicas avessas ao sentir da alma cristã de nosso povo.

O País assiste nestes dias, estupefato e incrédulo, ao que algumas vozes ponderadas já não hesitam em qualificar de um moderno tráfico de escravos ideológicos.

A classe médica e considerável parte da população vê com aversão a vinda (“importação”!) para o nosso País de médicos cubanos como “solução” para um sistema estatal de saúde em boa medida falido, devido ao descaso do próprio governo.

Enviados para o Brasil – a mando das autoridades que há décadas envolvem a outrora pérola do Caribe nesse ambiente obscuro, miserável e trágico, típico das nações-masmorras sobre as quais se abateu o comunismo – tais médicos são massa de manobra de inconfessados desígnios.

Enquanto é legítimo duvidar dos conhecimentos científicos de muitos deles, não é difícil conjecturar que alguns aqui desembarcarão como agentes da ideologia socialo-comunista vigente em Cuba, como tem acontecido em países como a Venezuela e a Bolívia. Além disso, muitos, separados propositalmente de seus familiares, aqui ficarão confinados em seus locais de trabalho, sem que seja clara a garantia de sua liberdade de ir e vir, bem como de outros princípios básicos de nosso Estado de Direito. Isso para não mencionar que parte do pagamento deste trabalho escravo hodierno será enviada pelas autoridades brasileiras às autoridades do regime cubano.

A se consolidar esta espúria operação, o Brasil terá sido empurrado decididamente para os descaminhos do totalitarismo. Hoje, escravidão de pobres cubanos; amanhã talvez de brasileiros.

É, pois, com repulsa que vejo autoridades da República, com profundos laços ideológicos com o regime comunista de Cuba, fazerem semelhante acordo, favorecendo ademais a sobrevivência de uma ditadura que visa estender pelo território brasileiro os males com que o expansionismo castrista fustiga há décadas países de nosso Continente.

Para que o Brasil prossiga sua trajetória histórica sem conhecer as discórdias, agitações e até morticínios que têm caracterizado as revoluções de índole socialo-comunista, urge que os brasileiros das mais diversas condições abandonem certa inércia desavisada na qual se encontram e se articulem para fazer refluir as ameaças que, contrárias ao modo de pensar, de agir e de viver, da grande maioria de nossa população, vão baixando sobre o País.

É neste sentido que elevo minhas preces a Nossa Senhora Aparecida, a quem Dom Pedro I consagrou o Brasil, logo após nossa Independência, como Padroeira e Rainha.

IV ENCONTRO MONÁRQUICO SUL BRASILEIRO

OSVALDO ROCCO

Realizou-se em 5 e 6 de outubro último, na cidade de Florianópolis, com a presença do príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança e de dezenas de participantes catarinenses e de outros estados, o IV Encontro Monárquico Sul Brasileiro. O evento ocorreu na imponente sede do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, localizado na região central da cidade.



Abriu o ciclo de conferências e deu as boas vindas aos participantes o presidente do Círculo Monárquico Nossa Senhora do Desterro, **Dr. Gilberto Callado de Oliveira**. O Dr. Callado é também Procurador de Justiça de Santa Catarina, professor universitário e escritor.

Em seguida passou a palavra ao **Dr. Henrique d’Eça Neves**, especialista na área de TI, que falou sobre seu ascendente Manuel de Almeida da Gama Lobo Coelho d’Eça, o “Marechal de Campo Barão do Batovi, herói nacional” morto no início da república a mando do então presidente Floriano Peixoto. O marechal foi herói na Guerra do Paraguai, entre outras, e agraciado pela corte com a comenda da Imperial Ordem da Rosa e da Imperial Ordem do Cruzeiro pelos inúmeros serviços prestados à coroa.



“Punição ao cidadão e liberdade ao ladrão – a verdadeira face do novo Código Penal” foi o tema da palestra seguinte, proferida pelo Dr. Callado. Tomando por base seu recente livro “Projeto de Código Penal: código de morte prestes a desabar sobre a cabeça dos brasileiros”, alertou sobre os absurdos contidos na nova lei relativamente à punição aos homens de bem e condescendência para com criminosos, além de frisar que o novo código liberará completamente o aborto e a eutanásia, enquanto que os assim denominados “crimes ambientais” redundarão em penas das mais rigorosas.



Após pausa para o almoço, o **Dr. Laércio Lopes de Araújo**, médico curitibano e mestre em filosofia, discursou sobre o tema “Constituição de 1824. Alvorada do pensamento liberal na América e construção de um verdadeiro Estado Constitucional”. Ressaltou a sabedoria de D. Pedro I ao elaborar tal Carta, verdadeiro modelo de Constituição, cujos princípios mantiveram e expandiram nosso território, ao contrário do fracionamento das demais nações sul e centroamericanas, e estabeleceram as bases e a estabilidade para a transformação do Brasil em potência mundial, alcançada no reinado de D. Pedro II. Segundo o palestrante, a atual Constituição espanhola, de 1978, fruto do retorno do regime republicano para monarquia constitucional, foi inspirada em nossa de 1824.



O **Coronel PM de Santa Catarina Marlon Jorge Teza** falou em seguida sobre o tema “Polícia Militar: do Império à República”. Segundo o militar, as forças policiais tiveram sua origem no Império. A corporação mais antiga é a do Rio de Janeiro, a “Guarda Real de Polícia”, criada em 13 de maio de 1809. Em 1831 foi instituído o Corpo de Guardas do Rio de Janeiro, através de decreto regencial, que permitia que as outras províncias criassem suas guardas ou similares, surgindo assim as Polícias Militares que, como forças auxiliares, ajudaram as tropas do Exército em várias guerras, como a do Paraguai. Após a Constituição de 1988 as PMs tiveram sua missão alargada, e continuam como forças auxiliares reservas do Exército.

“Barão de Gravataí: lealdade e generosidade em prol do Império” foi o tema da palestra seguinte, feita pelo **acadêmico Mário Pereira**. Descendente do Barão, cujo nome era João Baptista da Silva Pereira, enalteceu a figura dinâmica de seu ancestral, sempre fiel à coroa, hospedando D. Pedro II quando de sua visita a Porto Alegre. Foi grande industrial na área naval. Durante a Revolução Farroupilha emprestou ao governo, quando Duque de Caxias era governador da província, grande soma de dinheiro sem cobrar juros. Foi comendador da Imperial Ordem de Cristo e da Ordem da Rosa. Prestou relevantes serviços na organização dos corpos auxiliares do Exército por ocasião da guerra de 1852 com a República Oriental do Uruguai.



Encerrou o evento o príncipe D. Bertrand, enaltecendo o fato de que, apesar de o governo e a mídia insistirem em promover a revolução social e dos costumes, a população brasileira é ordeira e conservadora, como indicam pesquisas de opinião pública e até inconformados discursos de políticos esquerdistas. E é também o que tem observado em viagens por todo o Brasil, em que lideranças locais, sobretudo de jovens, manifestam simpatia e apoio com relação à volta da monarquia.

Na manhã seguinte foi celebrada Missa em ação de graças na Igreja do Divino Espírito Santo, região central de Florianópolis, com a participação do grupo vocal *Cantus Firmus*.



D. Bertrand e público após a Missa



JOSÉ GUILHERME BECCARI



Museu do ET – Coisas estranhas acontecem no Brasil republicano, em especial nos últimos governos. O Ministério do Turismo pretende construir na cidade de Varginha (MG) um museu de R\$ 1 milhão para homenagear um extraterrestre! Dilma Rousseff esteve no local recentemente e surpreendeu os ouvintes: “Tenho muito respeito pelo ET de Varginha”. E no que deu? Os recursos sumiram como o OVNI que esqueceu o ilustre visitante, sobrando apenas o esqueleto de uma nave espacial enferrujada, mato e abrigo de cachorros (foto). “Aqui



tem investimento do Governo Federal”, diz a placa no meio do entulho. Apesar da dinheirama, ninguém explica porque a obra está parada. Em qualquer lugar de nossa Galáxia, sumiço de dinheiro público deveria ser coisa do outro mundo, mas para nossos políticos o Além é aqui mesmo. O antigo prefeito, do PT, joga a culpa no atual,

do PTB, e vice-versa. O fato é que somente 40% da obra está concluída, e pelo jeito será terminada somente no final dos tempos. Entretanto, novo orçamento já foi enviado à Caixa Econômica Federal para salvar o que restou da nave e tentar atrair o sumido ET de volta, pois, especula-se na região, ficou lisonjeado com a simpatia da “presidenta” e, aproveitando descuido de sua segurança, embrenhou-se incógnito entre as dezenas de políticos que a acompanhavam em seu retorno a Brasília, onde hoje é visto com frequência perambulando pelos corredores palacianos...

Feirão... – O Congresso Nacional se transformou nos dias que antecederam a aprovação de dois novos partidos – o PROS (Partido Republicano da Ordem Social) e o Solidariedade – num verdadeiro balcão de negócios. Ganhava o que oferecesse mais ao deputado para mudar de legenda. Ideologia? Nem pensar. Os recursos destinados aos novos partidos era o que mais interessava. Depois vinha o tempo de exposição na TV. “Não é questão ideológica nem programática. É matemática: querem se reeleger. Nenhum parlamentar me pediu para ler o estatuto”, declarou o deputado Izalci Lucas Ferreira, do PSDB-DF. “Muitos deputados viraram mercadoria”, declarou Rodrigo Maia (DEM-RJ). Pergunta inevitável: que representatividade tem tal Congresso para aprovar leis que com frequência são contrárias à vontade da maioria dos brasileiros?

Rankings dos horrores – Não é novidade que cento e tantos anos de república conduziram nossa máquina estatal aos píncaros da corrupção. O mensalão que o diga. Ou os 2168 políticos eleitos flagrados recebendo Bolsa-Família que o digam. Tudo isso nos leva a garantir lugar destacado em vergonhosos e variados rankings. Eis apenas alguns: 1) no Índice de Percepção de Corrupção da ONG Transparência Internacional, figuramos em 69.º lugar; 2) de acordo com pesquisa da consultoria inglesa EIU (Economist Intelligence Unit), ficamos em penúltimo lugar no ranking

global de educação; 3) estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento afirma que nosso país mantém a maior carga tributária das Américas, com o maior número de horas para pagar o fisco; 4) segundo a União Internacional de Telecomunicações, o consumidor brasileiro paga uma das mais caras tarifas telefônicas do planeta; 5) de acordo com a Agência Internacional de Energia, apesar da recente redução, o consumidor nacional tem uma conta de luz das mais caras do mundo; 6) a Organização dos Estados Americanos emitiu relatório a respeito da proporção entre seguranças particulares e públicos: no Brasil são quase cinco particulares para cada um do estado, o pior do continente; 7) o “Impostômetro” da Associação Comercial de São Paulo alcançou R\$ 1 trilhão em 27 de agosto, um recorde para o período. Tanta corrupção e tributação só poderia redundar no que constatou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: o peso da indústria na economia brasileira voltou ao nível de 1955!

O preço da “burrocracia” – Pelo andar da carruagem, o PIB brasileiro deste ano não será novamente grande coisa. Especialistas calculam que atingirá no máximo a metade do conseguido pelos outros países do BRICS: de 2 a 2,5%. Muitos são os fatores que concorrem para tal resultado. Jornais e revistas nacionais e internacionais, repercutindo a opinião de respeitados economistas, culpam o governo petista por sua ideologia e incompetência. Alguns até falam na criação de um Estado Leviatã, que vem sendo nutrido sobretudo após o segundo governo Lula, e que Dilma vem potencializando. Certamente faz parte desta “incompetência” ou “ideologia” o inacreditável fato já sabido, mas só recentemente noticiado com destaque por um jornal de grande circulação: como se não bastasse nossa insupportável carga tributária, os empresários ainda despendem R\$ 24,6 bilhões anualmente em burocracia para quitar esses impostos, o que equivale a 10% da folha de pagamento das indústrias. Dá para acreditar? “É um dinheiro perdido que vai para o ralo”, diz José Ricardo Roriz Coelho, diretor



do Departamento de Competitividade e Tecnologia da FIESP. Quem paga? Novamente nós, consumidores brasileiros, pois tais custos, que representam 2,6% do preço final dos produtos, estão neles embutidos. “É impossível manter-se atualizado e conseguir entender toda a legislação. Gasto em média R\$ 50 mil por mês com o cumprimento da parte fiscal e contábil”, disse um médio empresário. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, são publicadas diariamente 30 normas tributárias federais, estaduais e municipais, o que representa 1,25 por hora. Dá para aguentar?

Se a Monarquia é um sonho, a República é um pesadelo...